

N.º 012/2022, de 12 de julho

De: Auditor Interno
Para: Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração
C/C:
ASSUNTO: Relatório Trimestral de Execução Financeira - 2º Trimestre de 2022

Ala 32/2022
Doc. 66

PARECER

DESPACHO/DELIBERAÇÃO

ULSNA, EPE
Conselho de Administração

TOMADO CONHECIMENTO e delibera este CA APROVAR o presente Relatório Trimestral de Execução Financeira – 2º Trimestre de 2022 em anexo, devendo o mesmo ser remetido à DGFinanceira para os devidos efeitos, bem como à ACSS, IP em formato *pdf* e por correio eletrónico. Com conhecimento ao SAInterna, ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas da ULSNA, EPE.

Joaquim Araújo, Presidente

Vera Escoto, Diretora Clínica

Jorge Lourenço Marques, Enfermeiro Diretor

Ana Amélia Silva, Vogal Executivo

Raul Cordeiro, Vogal Executivo


2022/08/10

O Relatório Trimestral de Execução Financeira concernente ao segundo trimestre de 2022, que ora se remete a V. Exa., visa a operacionalização do Despacho n.º 7709-B/2016, de 9 de Junho, do Secretário de Estado da Saúde, tendo sido produzido em harmonia com os princípios que norteiam a atividade de Auditoria Interna e as competências previstas para os Serviços de Auditoria Interna, observando-se, concomitantemente, o modelo anexo à Circular Normativa n.º 20/2016/ACSS, de 12 de outubro de 2016.

Em conformidade com a Circular Normativa supracitada, o Relatório de Execução Financeira deverá ser remetido, após apreciação e aprovação do Exmo. Conselho de Administração da ULSNA, EPE, em formato *pdf*, para o e-mail da ACSS, IP: geral@acss.min-saude.pt

Manifestamos a nossa inteira disponibilidade para prestar quaisquer esclarecimentos que V. Exa. entenda requerer e apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

À consideração Superior.


O Auditor Interno
Filipe José Roque Caetano

2022 5245
12 07 2022
Filipe A. Almeida

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

2º Trimestre de 2022

O Conselho de Administração da ULSNA, EPE

ÍNDICE

1. FICHA TÉCNICA.....	3
2. SUMÁRIO EXECUTIVO.....	4
2.1. Principais Conclusões	4
2.2. Limitações de Âmbito	4
3. CONTROLO ORÇAMENTAL	5
3.1. Execução e Evolução Orçamental da Despesa.....	5
3.2. Execução e Evolução Orçamental da Receita.....	7
3.3. Alterações Orçamentais	8
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
4.1. Balanço	9
4.2. Demonstração de Resultados	10
5. CUMPRIMENTO DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO	15
5.1. Evolução dos Fundos Disponíveis no período	15
5.2. Evolução dos Pagamentos em Atraso no período.....	15

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Execução Orçamental da Despesa (junho de 2022).....	5
Quadro 2 – Execução Orçamental da Despesa (junho de 2021).....	6
Quadro 3 – Execução Orçamental da Receita (junho de 2022).....	7
Quadro 4 – Execução Orçamental da Receita (junho de 2021).....	8
Quadro 5 – Balanço.....	9
Quadro 6 – Demonstração de Resultados por Natureza	10
Quadro 7 – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas.....	11
Quadro 8 – Fornecimentos e Serviços Externos	12
Quadro 9 – Gastos com Pessoal.....	13
Quadro 10 – Prestações de Serviços e Concessões.....	14
Quadro 11 – Fundos Disponíveis	15
Quadro 12 – Pagamentos em Atraso	15
Quadro 13 – Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores.....	15

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comparação dos Gastos 2º trimestre de 2021 e 2022.....	11
Gráfico 2 – Distribuição dos Gastos 2º trimestre de 2022	11

1. FICHA TÉCNICA

Áreas Funcionais envolvidas (se aplicável)	Divisão de Gestão Financeira (DGF)
Âmbito	O presente Relatório de Execução Financeira visa a operacionalização do Despacho n.º 7709-B/2016, de 9 de junho, do Secretário de Estado da Saúde
Referencial Contabilístico aplicável	Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública
Âmbito temporal	O período analisado corresponde ao 2º trimestre de 2022, tendo sido realizada, quando possível, a comparação com o período homólogo do ano anterior
Objetivos	Cumprir com o disposto no n.º 1 do Despacho n.º 7709-B/2016, de 9 de junho, fomentando uma cultura de maior transparência e responsabilização da governação hospitalar e reforçando-se o nível de controlo financeiro das instituições e respetivo reporte à tutela
Metodologia	De modo a operacionalizar e normalizar a respetiva aplicabilidade do Despacho n.º 7709-B/2016, de 9 de junho, e tendo em consideração os princípios que norteiam a atividade de Auditoria Interna e as competências previstas para os Serviços de Auditoria Interna, o presente Relatório foi elaborado de acordo com o modelo anexo à Circular Normativa n.º 20/2016/ACSS, de 12 de outubro de 2016
Ciclo de realização	Os trabalhos foram encetados a 11 de julho (data a partir da qual a DGF iniciou a disponibilização das demonstrações financeiras e demais documentação em referência ao período em análise), tendo finalizado com a conclusão do presente Relatório, em 12 de julho
Identificação do responsável pela elaboração	Ao abrigo do disposto no n.º 1 do Despacho n.º 7709-B/2016, de 9 de junho, o presente Relatório foi elaborado pelo Auditor Interno da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE, sendo de registar, com apreço, a colaboração de todos os responsáveis e funcionários contactados, patenteado na disponibilidade manifestada e nos esforços desenvolvidos para satisfazer convenientemente as nossas solicitações
Articulação com o Fiscal Único	Não houve articulação com o Fiscal Único na produção deste Relatório

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

2.1. Principais Conclusões

Apresenta-se, seguidamente, o resumo das principais conclusões, melhor detalhadas ao longo do Relatório:

Controlo Orçamental:

- a) Ambos os graus de execução orçamental da despesa e receita apresentam, no 2º trimestre de 2022, percentagens abaixo da dotação/provisão prevista para o período, de 46,79% e 57,97%, respetivamente;
- b) Até à data de fecho do presente relatório, não foram propostas quaisquer alterações orçamentais.

Demonstrações Financeiras:

- c) O Balanço encontra-se equilibrado entre o Total do Ativo e o Total do Património Líquido e Passivo.
- d) O Total do Ativo situava-se em 129.489.668€, decrescendo 17.324.127€ (menos 11,80%) face a junho de 2021.
- e) O Passivo registado no 2º trimestre de 2022 situava-se em 98.070.197€, representando um decréscimo de 88.611€ (menos 0,09%) quando comparado com igual período de 2021.
- f) O Resultado Líquido do Período, no final do 2º trimestre de 2022, situava-se em -7.790.179€, influenciado, sobretudo, pelos Resultados Operacionais que, no mesmo período, registaram -7.789.319€. Quando comparado o Resultado Líquido do Período no final do 2º trimestre de 2022 com aquele determinado em período homólogo do ano anterior, observa-se uma descida de 5.830.006€ (menos 297,42%), fortemente influenciada pelo aumento de “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC)”, na ordem de 2.779.971€.
- g) O total das “Prestações de serviços e concessões” ascendeu, no 2º trimestre de 2022, a 44.807.711€, menos 709.802€ (ou o equivalente a uma diminuição de 1,56%) que em igual período do ano anterior.
- h) O total dos Gastos no 2º trimestre de 2022, no montante de 53.367.450€, sofreu, em valor absoluto, um aumento de 4.971.400€ (mais 10,27%), quando comparado com o 2º trimestre de 2021.
- i) O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC), que representou, no 2º trimestre de 2022, 20,11% no total de Gastos, aumentou face ao período homólogo de 2021, 2.779.971€ (mais 34,95%). Este acréscimo ficou a dever-se, fundamentalmente, aos aumentos de 2.929.386€ (mais 49,48%) na rubrica “Produtos farmacêuticos” e de 25.883€ (mais 34,51%) na rubrica “Material de consumo hoteleiro”, por contrapartida da diminuição de 181.827€ (menos 9,73%) na rubrica “Material de consumo clínico”.
- j) Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) representaram, no 2º trimestre de 2022, 28,57% no total de Gastos, tendo-se verificado um aumento, na ordem dos 1.281.828€ (mais 9,18%), quando comparados com igual período de 2021.
- k) Comparados o 2º trimestre dos anos 2022 e 2021, verifica-se um acréscimo nos “Gastos com Pessoal” de 673.636€ (mais 2,61%), influenciado, sobretudo, pelos aumentos de 374.178€ (mais 8,24%) na rubrica “Encargos sobre remunerações” e de 307.775€ (mais 1,47%) na rubrica “Remunerações do pessoal”, por contrapartida da diminuição de 11.183€ (menos 12,60%) na rubrica “Outros encargos sociais”.

Cumprimento da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro:

- l) Assiste-se a uma descida dos “Fundos Disponíveis” quando comparados o 2º trimestre de 2021 e 2022, na ordem dos -3.074.310€ (menos 19,78%). Esta descida foi influenciada, sobretudo, pelo aumento de 3.277.507€ (mais 5,15%) em “Compromissos assumidos”.
- m) O aumento de 1.274.121€ (mais 17,66%) verificada nos “Pagamentos em Atraso”, quando comparados o 2º trimestre de 2021 e 2022, deve-se, essencialmente, ao efeito conjugado do acréscimo da dívida a “Fornecedores Externos” no valor de 1.600.891€ (mais 27,18%) e do decréscimo da dívida a entidades do “SNS” no valor de 327.719€ (menos 24,70%). Observada, em junho de 2022, a composição dos pagamentos em atraso, verifica-se que as dívidas a “Fornecedores Externos” são as que apresentam maior peso relativo (88,22%), seguidas das dívidas a “SNS”, cujo peso relativo se situa em 11,77%.
- n) O indicador PMP reportado pela DGF apresenta, quando comparados o 2º trimestre de 2021 e 2022, uma descida de 26 dias.

2.2. Limitações de Âmbito

Importa referir, ainda, que o curto ciclo de realização deste Relatório determinou que a informação vertida nas várias peças financeiras beneficiasse da presunção de verdade, não tendo sido possível confirmar a existência de distorções materialmente relevantes.

3. CONTROLO ORÇAMENTAL

3.1. Execução e Evolução Orçamental da Despesa

Para efeito de simplificação dos quadros seguintes, utilizar-se-á a classificação económica, por Capítulos e Grupos ou Agrupamentos e Subagrupamentos (consoante se trate da classificação económica da receita ou despesa), vertidos no anexo I do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro.

Quadro 1 – Execução Orçamental da Despesa (junho de 2022)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DA DESPESA	Dotações Corrigidas		Compromissos Assumidos		Despesa Paga		Dotação Não Comprometida		Grau de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
DESPESAS CORRENTES	89.131.800	94,35	73.423.302	93,72	43.424.590	98,24	15.708.498	97,42	48,72
01 Despesas com o pessoal	55.442.677	58,69	30.852.502	39,38	27.885.634	63,09	24.590.175	152,50	50,30
01.01 Remunerações certas e permanentes	37.034.084	39,20	19.191.766	24,50	17.862.728	40,41	17.842.318	110,65	48,23
01.02 Abonos variáveis ou eventuais	8.140.310	8,62	5.411.543	6,91	5.164.866	11,68	2.728.767	16,92	63,45
01.03 Segurança Social	10.268.283	10,87	6.249.193	7,98	4.858.040	10,99	4.019.090	24,92	47,31
02 Aquisição de bens e serviços	33.627.673	35,60	42.383.011	54,10	15.383.838	34,80	-8.755.338	-54,30	45,75
02.01 Aquisição de bens	13.963.225	14,78	17.121.423	21,85	1.386.920	3,14	-3.158.198	-19,59	9,93
02.02 Aquisição de serviços	19.664.448	20,82	25.261.589	32,24	13.996.918	31,67	-5.597.141	-34,71	71,18
03 Juros e outros encargos	4.500	0,00	22.403	0,03	629	0,00	-17.903	-0,11	13,98
03.04 Outros juros	0	0,00	5	0,00	5	0,00	-5	0,00	0,00
03.05 Outros juros	4.500	0,00	22.398	0,03	624	0,00	-17.898	-0,11	13,86
03.06 Outros encargos financeiros	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
04 Transferências correntes	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
04.08 Famílias	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
06 Outras despesas correntes	56.950	0,06	165.385	0,21	154.488	0,35	-108.435	-0,67	271,27
06.02 Diversas	56.950	0,06	165.385	0,21	154.488	0,35	-108.435	-0,67	271,27
DESPESAS DE CAPITAL	5.339.994	5,65	4.923.730	6,28	777.507	1,76	416.264	2,58	14,56
07 Aquisição de bens de capital	5.339.994	5,65	4.923.730	6,28	777.507	1,76	416.264	2,58	14,56
07.01 Investimentos	5.339.994	5,65	4.923.730	6,28	777.507	1,76	416.264	2,58	14,56
07.02 Terrenos - Locação financeira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
12 Operações Extra-Orçamentais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
12.01 O.T. - Entrega de receita do Estado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
TOTAL GERAL	94.471.794	100,00	78.347.032	100,00	44.202.096	100,00	16.124.762	100,00	46,79

Fonte: Mapa 7.1 – Balancete de Controlo Orçamental (Despesa) do SICC

Quadro 2 – Execução Orçamental da Despesa (junho de 2021)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DA DESPESA	Dotações Corrigidas		Compromissos Assumidos		Despesa Paga		Dotação Não Comprometida		Grau de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
DESPESAS CORRENTES	89.014.800	94,22	69.919.536	98,42	43.982.919	98,99	19.095.264	81,51	49,41
01 Despesas com o pessoal	55.442.677	58,69	30.724.499	43,25	27.768.435	62,50	24.718.178	105,51	50,08
01.01 Remunerações certas e permanentes	37.034.084	39,20	18.762.668	26,41	17.447.786	39,27	18.271.416	77,99	47,11
01.02 Abonos variáveis ou eventuais	8.140.310	8,62	5.727.777	8,06	5.451.437	12,27	2.412.533	10,30	66,97
01.03 Segurança Social	10.268.283	10,87	6.234.054	8,77	4.869.212	10,96	4.034.229	17,22	47,42
02 Aquisição de bens e serviços	33.510.673	35,47	39.121.780	55,07	16.174.068	36,40	-5.611.107	-23,95	48,27
02.01 Aquisição de bens	13.858.225	14,67	16.930.800	23,83	3.829.296	8,62	-3.072.575	-13,11	27,63
02.02 Aquisição de serviços	19.652.448	20,80	22.190.980	31,24	12.344.773	27,78	-2.538.532	-10,84	62,82
03 Juros e outros encargos	4.500	0,00	21.791	0,03	17	0,00	-17.291	-0,07	0,38
03.04 Outros juros	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
03.05 Outros juros	4.500	0,00	21.791	0,03	17	0,00	-17.291	-0,07	0,38
03.06 Outros encargos financeiros	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
04 Transferências correntes	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
04.08 Famílias	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
06 Outras despesas correntes	56.950	0,06	51.466	0,07	40.398	0,09	5.484	0,02	70,94
06.02 Diversas	56.950	0,06	51.466	0,07	40.398	0,09	5.484	0,02	70,94
DESPESAS DE CAPITAL	5.456.994	5,78	1.124.050	1,58	448.804	1,01	4.332.944	18,49	8,22
07 Aquisição de bens de capital	5.456.994	5,78	1.124.050	1,58	448.804	1,01	4.332.944	18,49	8,22
07.01 Investimentos	5.456.994	5,78	1.124.050	1,58	448.804	1,01	4.332.944	18,49	8,22
07.02 Terrenos - Locação financeira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
12 Operações Extra-Orçamentais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
12.01 O.T. - Entrega de receita do Estado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
TOTAL GERAL	94.471.794	100,00	71.043.587	100,00	44.431.723	100,00	23.428.207	100,00	47,03

Fonte: Mapa 7.1 – Balancete de Controlo Orçamental (Despesa) do SICC

Quando comparados os orçamentos de despesa concernentes a 2021 e 2022, verifica-se uma igualdade no montante global das “Dotações corrigidas”

As “Despesas com o pessoal” e “Aquisição de bens e serviços” constituem as rubricas de maior peso no total do orçamento da despesa, correspondendo, quando conjugadas, a 94,28% em junho de 2022 e 94,16% em igual período do ano anterior.

No 2º trimestre de 2022 conclui-se, relativamente à dotação do período, por um grau de execução abaixo do orçamentado em menos 3,21%. Este cenário está significativamente influenciado pela variação da dotação do período quando comparada com a despesa paga concernente a “Aquisição de bens de capital” e “Aquisição de bens e serviços”, cujos desvios foram de -1.892.490€ (-35,44%) e -1.429.999€ (-4,25%), respetivamente.

3.2. Execução e Evolução Orçamental da Receita

Quadro 3 – Execução Orçamental da Receita (junho de 2022)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DA RECEITA	Provisões Corrigidas		Receitas Liquidadas		Receita Cobrada		Grau de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
RECEITAS CORRENTES	88.848.743	94,05	44.509.409	80,99	44.314.060	80,92	49,88
01 Impostos diretos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
01.01 Sobre o rendimento	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
02 Impostos indiretos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
02.02 Outros	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
04 Taxas, multas e outras penalidades	1.460.218	1,55	254.057	0,46	250.908	0,46	17,18
04.01 Taxas	1.460.218	1,55	254.057	0,46	250.908	0,46	17,18
04.02 Multas e Outras Penalidades	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
05 Rendimentos da propriedade	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
05.02 Juros — Sociedades financeiras	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
06 Transferências correntes	176.000	0,19	77.611	0,14	77.611	0,14	44,10
06.02 Sociedades Financeiras	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
06.03 Administração central	176.000	0,19	77.611	0,14	77.611	0,14	44,10
06.09 Resto do mundo	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
07 Venda de bens e serviços correntes	86.902.205	91,99	44.083.816	80,21	43.889.991	80,14	50,51
07.02 Serviços	86.902.205	91,99	44.083.816	80,21	43.889.991	80,14	50,51
08 Outras receitas correntes	310.320	0,33	93.923	0,17	95.550	0,17	30,79
08.01 Outras	310.320	0,33	93.923	0,17	95.550	0,17	30,79
09 Venda de bens de investimento	0	0,00	2	0,00	0	0,00	0,00
09.03 Edifícios	0	0,00	2	0,00	0	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	5.623.051	5,95	10.450.093	19,01	10.450.093	19,08	185,84
10 Aquisição de bens de capital	5.054.766	5,35	141.581	0,26	141.581	0,26	2,80
10.08 Famílias	5.054.766	5,35	141.581	0,26	141.581	0,26	2,80
12 Passivos Financeiros	568.285	0,60	0	0,00	0	0,00	0,00
12.06 A.P. - Administração Central - SFA	568.285	0,60	0	0,00	0	0,00	0,00
12.07 A.P. - Administração Central - Estado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	0	0,00	2.400	0,00	2.400	0,00	0,00
15.01 Reposições não abatidas nos pagamentos	0	0,00	2.400	0,00	2.400	0,00	0,00
16 Saldo da gerência anterior	0	0,00	10.306.112	18,75	10.306.112	18,82	0,00
16.01 Saldo orçamental	0	0,00	10.306.112	18,75	10.306.112	18,82	0,00
17 Operações Extra-Orçamentais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
17.01 O.T. - Retenção de receitas do Estado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
TOTAL GERAL	94.471.794	100,00	54.959.502	100,00	54.764.152	100,00	57,97

Fonte: Mapa 7.2 – Balancete de Controlo Orçamental (Receita) do SICC

Quadro 4 – Execução Orçamental da Receita (junho de 2021)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DA RECEITA	Provisões Corrigidas		Receitas Liquidadas		Receita Cobrada		Grau de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
RECEITAS CORRENTES	88.848.743	94,05	50.086.998	98,99	43.800.016	98,85	49,30
01 Impostos diretos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
01.01 Sobre o rendimento	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
02 Impostos indiretos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
02.02 Outros	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
04 Taxas, multas e outras penalidades	1.460.218	1,55	265.159	0,52	262.585	0,59	17,98
04.01 Taxas	1.460.218	1,55	265.159	0,52	262.585	0,59	17,98
04.02 Multas e Outras Penalidades	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
05 Rendimentos da propriedade	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
05.02 Juros — Sociedades financeiras	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
06 Transferências correntes	176.000	0,19	38.963	0,08	38.963	0,09	22,14
06.02 Sociedades Financeiras	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
06.03 Administração central	176.000	0,19	38.963	0,08	38.963	0,09	22,14
06.09 Resto do mundo	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
07 Venda de bens e serviços correntes	86.902.205	91,99	49.622.181	98,08	43.269.564	97,66	49,79
07.02 Serviços	86.902.205	91,99	49.622.181	98,08	43.269.564	97,66	49,79
08 Outras receitas correntes	310.320	0,33	160.534	0,32	228.844	0,52	73,74
08.01 Outras	310.320	0,33	160.534	0,32	228.844	0,52	73,74
09 Venda de bens de investimento	0	0,00	162	0,00	62	0,00	0,00
09.03 Edifícios	0	0,00	162	0,00	62	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	5.623.051	5,95	508.487	1,01	508.487	1,15	9,04
10 Aquisição de bens de capital	5.054.766	5,35	497.421	0,98	497.421	1,12	9,84
10.08 Famílias	5.054.766	5,35	497.421	0,98	497.421	1,12	9,84
12 Passivos Financeiros	568.285	0,60	0	0,00	0	0,00	0,00
12.06 A.P. - Administração Central - SFA	568.285	0,60	0	0,00	0	0,00	0,00
12.07 A.P. - Administração Central - Estado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	0	0,00	11.065	0,02	11.065	0,02	0,00
15.01 Reposições não abatidas nos pagamentos	0	0,00	11.065	0,02	11.065	0,02	0,00
16 Saldo da gerência anterior	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
16.01 Saldo orçamental	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
17 Operações Extra-Orçamentais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
17.01 O.T. - Retenção de receitas do Estado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
TOTAL GERAL	94.471.794	100,00	50.595.484	100,00	44.308.503	100,00	46,90

Fonte: Mapa 7.2 – Balancete de Controlo Orçamental (Receita) do SICC

A receita corrente relativa a “Taxas, multas e outras penalidades” corresponde maioritariamente à cobrança de Taxas Moderadoras, tendo no 2º trimestre de 2022 e 2021, apresentado um grau de execução de 17,18% e 17,98%, respetivamente.

A componente com maior peso relativo no total das “Provisões Corrigidas” corresponde às receitas orçamentadas na rubrica “Venda de bens e serviços correntes”, representando no 2º trimestre de 2022 e 2021, 91,99% e 91,99%, respetivamente.

As receitas cobradas registaram, de 2021 para 2022, um acréscimo de 10.455.649€ (mais 23,60%), significativamente influenciado pelas verbas provenientes de “Saldo da gerência anterior”.

3.3. Alterações Orçamentais

Até à presente data não se procedeu a qualquer alteração orçamental.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Balanço

O Balanço evidencia a situação líquida e patrimonial da ULSNA, EPE, e apresenta, no 2º trimestre de 2022, a seguinte composição:

Quadro 5 – Balanço

RUBRICAS	2022	2021
Ativo não corrente	47.678.198	48.198.858
Ativos fixos tangíveis	47.409.354	47.930.392
Propriedades de investimento	0	0
Ativos intangíveis	0	0
Ativos biológicos	0	0
Participações financeiras	0	0
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0	0
Clientes, contribuintes e utentes	0	0
Acionistas/sócios/associados	0	0
Diferimentos	0	0
Outros ativos financeiros	0	0
Ativos por impostos diferidos	0	0
Outras contas a receber	268.843	268.466
Ativo corrente	81.811.471	98.614.938
Inventários	-2.609.255	1.440.663
Ativos biológicos	0	0
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0	0
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0	0
Clientes, contribuintes e utentes	9.394.671	19.142.781
Estado e outros entes públicos	376.163	375.891
Acionistas/sócios/associados	0	0
Outras contas a receber	64.087.836	66.747.105
Diferimentos	0	0
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0
Outros ativos financeiros	0	0
Ativos não correntes detidos para venda	0	0
Caixa e depósitos	10.562.056	10.908.498
TOTAL DO ATIVO	129.489.668	146.813.795
Património Líquido	31.419.471	48.654.988
Património/Capital	35.920.000	35.920.000
Ações (quotas) próprias	0	0
Outros instrumentos de capital próprio	0	0
Prémios de emissão	0	0
Reservas	27.940.082	27.940.082
Resultados transitados	-35.351.591	-24.448.187
Ajustamentos em ativos financeiros	0	0
Excedentes de revalorização	0	0
Outras variações no Património Líquido	10.701.160	11.203.266
Resultado líquido do período	-7.790.179	-1.960.173
Dividendos antecipados	0	0
Interesses que não controlam		
Passivo não corrente	2.800.717	2.840.317
Provisões	172.982	167.743
Financiamentos obtidos	0	0
Fornecedores de investimentos	0	0
Fornecedores	0	0
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0	0
Diferimentos	0	0
Passivos por impostos diferidos	0	0
Outras contas a pagar	2.627.735	2.672.575
Passivo corrente	95.269.480	95.318.490
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	0	0
Fornecedores	15.219.138	13.823.875
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	61.965.114	61.229.717
Estado e outros entes públicos	1.838.654	1.625.721
Acionistas/sócios/associados	0	0
Financiamentos obtidos	0	0
Fornecedores de investimentos	361.242	273.296
Outras contas a pagar	15.746.987	18.263.609
Diferimentos	138.346	102.272
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0
Outros passivos financeiros	0	0
Total do Passivo	98.070.197	98.158.808
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	129.489.668	146.813.795

Fonte: SNCAP_BLC – Balanço (SICC)

O Balanço encontra-se equilibrado entre o Total do Ativo e o Total do Património Líquido e Passivo.

A estrutura do Ativo, em junho de 2022, apresentava-se maioritariamente composta por 64.087.836€ na rubrica “Outras contas a receber”, 47.409.354€ na rubrica “Ativos fixos tangíveis” e 10.562.056€ na rubrica “Caixa e depósitos”, correspondendo a 49,49%, 36,61% e 8,16% do Total do Ativo, respetivamente.

No mesmo mês em análise, o Total do Ativo situava-se em 129.489.668€, decrescendo 17.324.127€ (menos 11,80%) face a junho de 2021. Este decréscimo ficou a dever-se, fundamentalmente, às diminuições de 9.748.110€ (menos 50,92%) na rubrica “Clientes, contribuintes e utentes”, de 4.049.918€ (menos 281,11%) na rubrica “Inventários” e de 2.659.269€ (menos 3,98%) na rubrica “Outras contas a receber”.

O Património Líquido é a componente de menor expressão no somatório do Património Líquido e Passivo, tendo o respetivo valor ascendido a 31.419.471€ no 2º trimestre de 2022 e a 48.654.988€ no mesmo período de 2021, cenário que se traduz numa redução de 17.235.516€ (menos 35,42%).

O Passivo registado no 2º trimestre de 2022 situava-se em 98.070.197€, representando um decréscimo de 88.611€ quando comparado com igual período de 2021. Este decréscimo ficou a dever-se, fundamentalmente, à diminuição de 2.516.622€ (menos 13,78%) na rubrica “Outras contas a pagar”, por contrapartida dos aumentos de 1.395.262€ (mais 10,09%) na rubrica “Fornecedores” e de 735.397€ (mais 1,20%) na rubrica “Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes”.

4.2. Demonstração de Resultados

Quadro 6 – Demonstração de Resultados por Natureza

RUBRICAS	2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	552.381,91	566.862,03
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços e concessões	44.807.711,07	45.517.513,19
Transferências e subsídios correntes obtidos	77.611,06	38.962,53
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Variações nos inventários da produção	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC)	-10.733.688,24	-7.953.717,49
Fornecimentos e serviços externos (FSE)	-15.244.465,12	-13.962.637,36
Gastos com pessoal	-26.468.333,49	-25.794.697,66
Transferências e subsídios concedidos	0,00	0,00
Prestações sociais	0,00	0,00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	139.567,17	312.539,90
Outros gastos e perdas	-33.378,40	-43.453,88
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	-6.902.594,04	-1.318.628,74
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-886.724,70	-640.862,46
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-7.789.318,74	-1.959.491,20
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	-860,08	-681,36
Resultado antes de impostos	-7.790.178,82	-1.960.172,56
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Resultado líquido do período	-7.790.178,82	-1.960.172,56

Fonte: SNCAP_DR – Demonstração dos Resultados por Natureza (SICC)

O Resultado Líquido do Período, no final do 2º trimestre de 2022, situava-se em -7.790.179€, influenciado, sobretudo, pelos Resultados Operacionais que, no mesmo período, registaram -7.789.319€. Quando comparado o Resultado Líquido do Período no final do 2º trimestre de 2022 com aquele determinado em período homólogo do ano anterior, observa-se uma descida de 5.830.006€ (menos 297,42%), fortemente influenciada pelo aumento de “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC)”, na ordem de 2.779.971€.

Gráfico 1 – Comparação dos Gastos 2º trimestre de 2021 e 2022

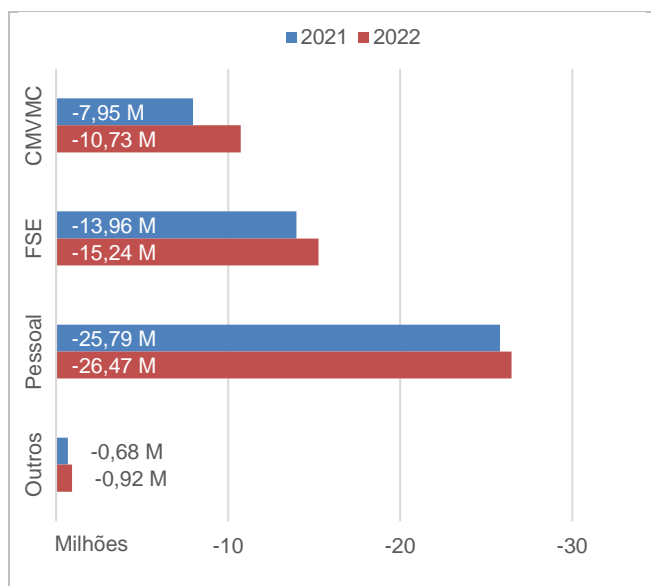
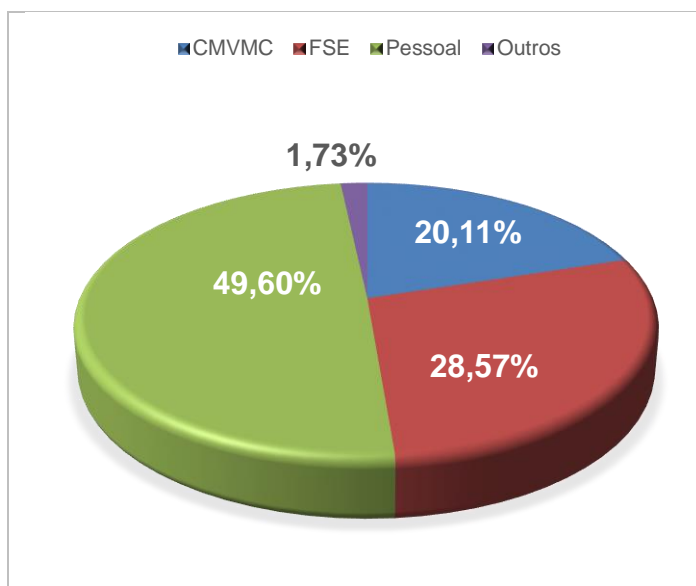


Gráfico 2 – Distribuição dos Gastos 2º trimestre de 2022



O total dos Gastos no 2º trimestre de 2022, no montante de 53.367.450€, sofreu, em valor absoluto, um aumento de 4.971.400€ (mais 10,27%), quando comparado com o 2º trimestre de 2021. Importa, todavia, assinalar e justificar as variações mais significativas.

Quadro 7 – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

RUBRICAS	2022		2021		2022/2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10.733.688	100,00	7.953.717	100,00	2.779.971	34,95
Matérias de consumo específico dos serviços de saúde	10.733.613	100,00	7.953.704	100,00	2.779.908	34,95
Produtos farmacêuticos	8.850.137	82,45	5.920.752	74,44	2.929.386	49,48
Medicamentos	7.191.918	67,00	3.788.169	47,63	3.403.749	89,85
Reagentes e produtos de diagnóstico rápido	764.423	7,12	1.921.321	24,16	-1.156.898	-60,21
Outros produtos farmacêuticos	893.797	8,33	211.262	2,66	682.535	323,07
Material de consumo clínico	1.687.076	15,72	1.868.902	23,50	-181.827	-9,73
Material de Penso	0	0,00	51.103	0,64	-51.103	-100,00
Artigos Cirúrgicos	1.687.477	15,72	156.505	1,97	1.530.972	978,22
Material de Tratamento	0	0,00	462.072	5,81	-462.072	-100,00
Material de Electromedicina	0	0,00	6.274	0,08	-6.274	-100,00
Material de Laboratório	0	0,00	116.317	1,46	-116.317	-100,00
Próteses	0	0,00	278.056	3,50	-278.056	-100,00
Material de Osteossíntese	-402	0,00	157.666	1,98	-158.068	-100,25
Outro Material Consumo Clínico	0	0,00	640.909	8,06	-640.909	-100,00
Material de consumo hoteleiro	100.881	0,94	74.998	0,94	25.883	34,51
Material de consumo administrativo	45.341	0,42	32.917	0,41	12.424	37,74
Papel	39.404	0,37	15.468	0,19	23.935	154,74
Consumíveis de impressão	0	0,00	863	0,01	-863	-100,00
Outros	5.937	0,06	16.585	0,21	-10.648	-64,20
Material de Manutenção e Conservação	48.073	0,45	54.160	0,68	-6.086	-11,24
Outro material de consumo	2.104	0,02	1.976	0,02	129	6,52
Peças e outros materiais de manutenção	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Alimentação - géneros para confeccionar	76	0,00	13	0,00	62	467,77
Outros materiais diversos de consumo	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	10.733.688	100,00	7.953.717	100,00	2.779.971	34,95

Fonte: Balancete do Razão Geral do SICC

O CMVMC, que representou, no 2º trimestre de 2022, 20,11% no total de Gastos, aumentou face ao período homólogo de 2021, 2.779.971€ (mais 34,95%). Este acréscimo ficou a dever-se, fundamentalmente, aos aumentos de 2.929.386€ (mais 49,48%) na rubrica “Produtos farmacêuticos” e de 25.883€ (mais 34,51%) na rubrica “Material de consumo hoteleiro”, por contrapartida da diminuição de 181.827€ (menos 9,73%) na rubrica “Material de consumo clínico”.

As matérias de consumo específico dos Serviços de Saúde são compostas, maioritariamente, pelas rubricas “Produtos farmacêuticos” e “Material de consumo clínico”, cujos montantes equivalem, no 2º trimestre de 2022, a 82,45% e 15,72% destes gastos, respetivamente.

A variação verificada em “Produtos farmacêuticos” justifica-se pelos aumentos de 3.403.749€ (mais 89,85%) na rubrica “Medicamentos” e de 682.535€ (mais 323,07%) na rubrica “Outros produtos farmacêuticos”, por contrapartida da diminuição de 1.156.898€ (menos 60,21%) na rubrica “Reagentes e produtos de diagnóstico rápido”.

Finalmente, a variação ocorrida no “Material de consumo clínico” poderá ser explicada, essencialmente, pelo aumento de 1.530.972€ (mais 978,22%) na rubrica “Artigos Cirúrgicos”, por contrapartida das diminuições de 640.909€ (menos 100,00%) na rubrica “Outro Material Consumo Clínico” e de 462.072€ (menos 100,00%) na rubrica “Material de Tratamento”.

Quadro 8 – Fornecimentos e Serviços Externos

RUBRICAS	2022		2021		2022/2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Subcontratos e concessões de serviços	5.789.674	37,98	5.721.162	40,97	68.512	1,20
Serviços de saúde	5.789.674	37,98	5.721.162	40,97	68.512	1,20
Meios complementares de diagnóstico	1.717.228	11,26	1.635.370	11,71	81.858	5,01
Meios complementares de terapêutica	2.683.451	17,60	2.606.493	18,67	76.958	2,95
Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	62.042	0,41	58.985	0,42	3.057	5,18
Internamentos	1.185.321	7,78	1.242.349	8,90	-57.027	-4,59
Contratos e Acordos	87.536	0,57	110.337	0,79	-22.801	-20,67
Outros subcontratos	54.097	0,35	67.629	0,48	-13.532	-20,01
Serviços especializados	5.541.543	36,35	5.213.073	37,34	328.470	6,30
Trabalhos especializados	4.034.650	26,47	3.766.653	26,98	267.997	7,11
Projetos e serviços de informática	23.045	0,15	22.980	0,16	65	0,28
Outros trabalhos especializados	4.005.240	26,27	3.707.019	26,55	298.221	8,04
Publicidade, comunicação e imagem	15.992	0,10	21.916	0,16	-5.924	-27,03
Vigilância e segurança	323.497	2,12	309.364	2,22	14.133	4,57
Honorários	604.320	3,96	558.698	4,00	45.622	8,17
Contratos individuais por avença	9.471	0,06	9.471	0,07	0	0,00
Outros honorários	594.849	3,90	549.227	3,93	45.622	8,31
Conservação e reparação	563.084	3,69	556.443	3,99	6.642	1,19
Assistência técnica	422.553	2,77	423.243	3,03	-690	-0,16
Outros gastos de conservação e reparação	140.531	0,92	133.200	0,95	7.331	5,50
Materiais de consumo	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Energia e fluidos	1.442.229	9,46	759.805	5,44	682.424	89,82
Eletricidade	1.080.147	7,09	543.436	3,89	536.711	98,76
Combustíveis e lubrificantes	245.405	1,61	133.383	0,96	112.022	83,98
Água	116.677	0,77	82.985	0,59	33.692	40,60
Deslocações, estadas e transportes	1.458.465	9,57	1.308.904	9,37	149.560	11,43
Deslocações e estadas	9.507	0,06	4.060	0,03	5.447	134,15
Transporte de doentes	1.448.528	9,50	1.304.538	9,34	143.990	11,04
Transporte de doentes não urgentes	1.448.528	9,50	1.304.538	9,34	143.990	11,04
Serviços diversos	1.012.555	6,64	959.693	6,87	52.862	5,51
Rendas e alugueres	201.265	1,32	208.529	1,49	-7.264	-3,48
Rendas e alugueres de Edifícios	75.277	0,49	81.046	0,58	-5.769	-7,12
Rendas e alugueres de Viaturas	96.248	0,63	102.774	0,74	-6.526	-6,35
Outras rendas e alugueres	29.739	0,20	24.708	0,18	5.031	20,36
Comunicação	52.226	0,34	48.466	0,35	3.760	7,76
Comunicações fixas de voz	6.288	0,04	53	0,00	6.235	11.822,79
Comunicações móveis	3.700	0,02	13.427	0,10	-9.727	-72,44
Outros serviços de comunicações	40.337	0,26	34.010	0,24	6.327	18,60
Seguros	258.830	1,70	286.965	2,06	-28.135	-9,80
Contencioso e notariado	1.351	0,01	1.991	0,01	-640	-32,14
Limpeza, higiene e conforto	458.552	3,01	366.407	2,62	92.145	25,15
Outros serviços	40.331	0,26	47.336	0,34	-7.005	-14,80
Total	15.244.465	100,00	13.962.637	100,00	1.281.828	9,18

Fonte: Balancete do Razão Geral do SICC

Os FSE representaram, no 2º trimestre de 2022, 28,57% no total de Gastos, tendo-se verificado um aumento, na ordem dos 1.281.828€ (mais 9,18%), quando comparados com igual período de 2021.

A subida verificada nos FSE resulta, maioritariamente, dos aumentos de 682.424€ (mais 89,82%) na rubrica “Energia e fluidos”, de 328.470€ (mais 6,30%) na rubrica “Serviços especializados” e de 149.560€ (mais 11,43%) na rubrica “Deslocações, estadas e transportes”.

Quadro 9 – Gastos com Pessoal

RUBRICAS	2022		2021		2022/2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	169.080	0,64	159.467	0,62	9.613	6,03
Remunerações do pessoal	21.264.460	80,34	20.956.685	81,24	307.775	1,47
Remunerações certas e permanentes	16.320.628	61,66	15.507.799	60,12	812.830	5,24
Remuneração base	13.153.718	49,70	12.906.409	50,04	247.309	1,92
Subsídio de férias	1.763.917	6,66	1.270.248	4,92	493.669	38,86
Subsídio de Natal	11.399	0,04	12.932	0,05	-1.533	-11,86
Despesas de Representação	16.896	0,06	17.463	0,07	-567	-3,24
Subsídio de refeição	840.692	3,18	863.812	3,35	-23.119	-2,68
Gratificações	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Suplementos e prémios	533.976	2,02	436.870	1,69	97.106	22,23
Outras	30	0,00	65	0,00	-36	-54,39
Abonos variáveis ou eventuais	4.943.831	18,68	5.448.886	21,12	-505.055	-9,27
Subsídio e abono de fixação, residência e alojamento	61.491	0,23	77.887	0,30	-16.396	-21,05
Alimentação e alojamento	0	0,00	354	0,00	-354	-100,00
Ajudas de custo	41.696	0,16	38.138	0,15	3.558	9,33
Trabalho extraordinário	3.057.592	11,55	3.582.042	13,89	-524.450	-14,64
Gratificações variáveis ou eventuais	251.242	0,95	183.750	0,71	67.491	36,73
Abono para falhas	3.174	0,01	3.853	0,01	-679	-17,62
Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno	1.096.538	4,14	1.076.469	4,17	20.069	1,86
Formação	5.338	0,02	11.868	0,05	-6.530	-55,02
Colaboração técnica e especializada	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outros abonos variáveis	426.760	1,61	474.524	1,84	-47.764	-10,07
Benefícios pós-emprego	12.469	0,05	15.785	0,06	-3.316	-21,01
Indemnizações	0	0,00	2.647	0,01	-2.647	-100,00
Encargos sobre remunerações	4.915.387	18,57	4.541.209	17,61	374.178	8,24
Segurança Social dos Funcionários Públicos-CGA	2.770.375	10,47	2.627.840	10,19	142.535	5,42
Subsídio de férias	0	0,00	-112	0,00	112	100,00
Subsídio de natal	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outros encargos	2.770.375	10,47	2.627.951	10,19	142.423	5,42
Segurança Social	2.145.012	8,10	1.913.369	7,42	231.643	12,11
Segurança Social - Regime Geral	2.145.012	8,10	1.913.369	7,42	231.643	12,11
Segurança Social - Prestações Sociais Diretas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outros encargos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Subsistemas de saúde	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gastos de ação social	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outros gastos com o pessoal	29.382	0,11	30.165	0,12	-783	-2,60
Outros encargos sociais	77.557	0,29	88.740	0,34	-11.183	-12,60
Total	26.468.333	100,00	25.794.698	100,00	673.636	2,61

Fonte: Balancete do Razão Geral do SICC

A rubrica de “Gastos com Pessoal” é a que detém maior peso relativo no total dos gastos da ULSNA, EPE, correspondendo no 2º trimestre de 2022 e 2021, a 49,60% e 53,30%, respetivamente.

Comparados o 2º trimestre dos anos 2022 e 2021, verifica-se um acréscimo nos “Gastos com Pessoal” de 673.636€ (mais 2,61%), influenciado, sobretudo, pelos aumentos de 374.178€ (mais 8,24%) na rubrica “Encargos sobre remunerações” e de 307.775€ (mais 1,47%) na rubrica “Remunerações do pessoal”, por contrapartida da diminuição de 11.183€ (menos 12,60%) na rubrica “Outros encargos sociais”.

As “Remunerações do pessoal”, cujo peso em relação aos “Gastos com Pessoal” foi de 80,34% em 2022 e de 81,24% em 2021, subdividem-se em “Remunerações certas e permanentes” e “Abonos variáveis ou eventuais”.

Se por um lado, a subida verificada em “Remunerações certas e permanentes” é justificada pelos aumentos de 493.669€ (mais 38,86%) na rubrica “Subsídio de férias”, de 247.309€ (mais 1,92%) na rubrica “Remuneração base” e de 97.106€ (mais 22,23%) na rubrica “Suplementos e prémios”, por outro lado, a descida verificada em “Abonos variáveis ou eventuais” justifica-se pelas diminuições de 524.450€ (menos 14,64%) na rubrica “Trabalho extraordinário” e de 47.764€ (menos 10,07%) na rubrica “Outros abonos variáveis”, por contrapartida do aumento de 67.491€ (mais 36,73%) na rubrica “Gratificações variáveis ou eventuais”.

Quadro 10 – Prestações de Serviços e Concessões

RUBRICAS	2022		2021		2022/2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Serviços específicos do setor da saúde	44.807.711	100,00	45.517.513	100,00	-709.802	-1,56
SNS - Serviço Nacional de Saúde (Contrato Programa EPE)	44.488.017	99,29	45.285.033	99,49	-797.017	-1,76
Internamento	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GDH Médicos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GDH Cirúrgicos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GDH Cirúrgicos Urgentes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Dias Internamento Doentes Crónicos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Consulta	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Primeiras Consultas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Consultas Subsequentes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Urgência	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Atendimentos (SU-Polivalente)	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Atendimentos (SU-Médico Cirúrgica)	0	0,00	0	0,00	0	0,00
ECMO (Centros de Oxigenação por Membrana Extracorporal)	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Atendimentos (SU-Básica)	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GDH Ambulatório	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GDH Cirúrgicos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GDH Médicos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Hospital de dia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras Prestações de Serviços de Saúde	44.488.017	99,29	45.285.033	99,49	-797.017	-1,76
Serviço Domiciliário	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Programas de gestão da doença crónica	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Saúde Sexual e Reprodutiva	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Custos de Contexto	3.731.486	8,33	4.528.503	9,95	-797.017	-17,60
Valor capitacional (ULS)	40.756.530	90,96	40.756.530	89,54	0	0,00
Sessões de Radioterapia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Medicamentos de Cedência em Ambulatório	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Internos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras prestações de serviços	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras Entidades Responsáveis	319.694	0,71	226.785	0,50	92.909	40,97
Internamento	105.145	0,23	83.022	0,18	22.123	26,65
Consulta	2.687	0,01	1.651	0,00	1.036	62,76
Urgência/SAP	109.250	0,24	70.549	0,15	38.701	54,86
Urgência	109.034	0,24	70.549	0,15	38.484	54,55
Serviço de atendimento permanente	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outros	216	0,00	0	0,00	216	100,00
Quartos particulares	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Hospital de dia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	102.362	0,23	71.562	0,16	30.800	43,04
Meios de Diagnóstico	97.967	0,22	72.078	0,16	25.889	35,92
Meios de Terapêutica	4.395	0,01	-515	0,00	4.911	952,81
Serviços domiciliário	-1.314	0,00	0	0,00	-1.314	-100,00
GDH Ambulatório	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GDH Cirúrgicos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GDH Médicos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras prestações de serviços	1.563	0,00	0	0,00	1.563	100,00
Análises sanitárias	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Convenções internacionais	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Unidades terapêuticas de Sangue	1.563	0,00	0	0,00	1.563	100,00
Outras	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Concessões	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Serviços de saúde	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Serviços de transporte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	44.807.711	100,00	45.517.513	100,00	-709.802	-1,56

Fonte: Balancete do Razão Geral do SICC

O total das “Prestações de serviços e concessões” ascendeu, no 2º trimestre de 2022, a 44.807.711€, menos 709.802€ (ou o equivalente a uma diminuição de 1,56%) que em igual período do ano anterior.

A rubrica “Outras Prestações de Serviços de Saúde”, de entre os “Serviços específicos do setor da saúde”, foi a que maior impacto provocou na diminuição verificada do lado dos Rendimentos da ULSNA, EPE, registando-se, em junho de 2022, menos 797.017€ que no 2º trimestre de 2021.

5. CUMPRIMENTO DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO

5.1. Evolução dos Fundos Disponíveis no período

De acordo com a informação extraída pela DGF, do sistema de informação SICC, os valores acumulados, apresentados no Mapa dos Fundos Disponíveis, no 2º trimestre de 2022, são os seguintes:

Quadro 11 – Fundos Disponíveis

FUNDOS DISPONÍVEIS	2022	2021	2022/2021	
			Valor	%
Dotação corrigida líquida de cativos	0	0	0	0,00
Transferências ou subsídios com origem no OE	0	0	0	0,00
Receita efetiva própria cobrada ou recebida como adiantamento	35.338.610	36.973.563	-1.634.953	-4,42
da qual: Receita extraordinária (a abater)	0	0	0	0,00
Previsão da receita efetiva própria	44.080.474	42.242.324	1.838.150	4,35
Produto de empréstimos contraídos nos termos da lei	0	0	0	0,00
Ativos e outros passivos financeiros	0	0	0	0,00
Saldos transitados do ano anterior	0	0	0	0,00
SUBTOTAL	79.419.084	79.215.887	203.197	0,26
Compromissos assumidos	66.949.431	63.671.924	3.277.507	5,15
Pagamentos	35.579.727	36.214.016	-634.289	-1,75
Compromissos assumidos por pagar	31.369.704	27.457.908	3.911.796	14,25
FUNDOS DISPONÍVEIS	12.469.653	15.543.963	-3.074.310	-19,78

Fonte: Informação carregada pela DGF no sítio eletrónico da DGO

Assiste-se a uma descida dos “Fundos Disponíveis” quando comparados o 2º trimestre de 2021 e 2022, na ordem dos -3.074.310€ (menos 19,78%%). Esta descida foi influenciada, sobretudo, pelo aumento de 3.277.507€ (mais 5,15%) em “Compromissos assumidos”.

5.2. Evolução dos Pagamentos em Atraso no período

O quadro seguinte evidencia, de acordo com a informação veiculada pela DGF, a evolução dos pagamentos em atraso.

Quadro 12 – Pagamentos em Atraso

PAGAMENTOS EM ATRASO	2022		2021		2022/2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
SNS	999.138	11,77	1.326.857	18,39	-327.719	-24,70
Fornecedores Externos	7.489.822	88,22	5.888.930	81,61	1.600.891	27,18
Estado	1.000	0,01	51	0,00	949	1.860,35
TOTAL	8.489.960	100,00	7.215.838	100,00	1.274.121	17,66

Fonte: Informação veiculada pela DGF

O aumento de 1.274.121€ (mais 17,66%) verificada nos “Pagamentos em Atraso”, quando comparados o 2º trimestre de 2021 e 2022, deve-se, essencialmente, ao efeito conjugado do acréscimo da dívida a “Fornecedores Externos” no valor de 1.600.891€ (mais 27,18%) e do decréscimo da dívida a entidades do “SNS” no valor de 327.719€ (menos 24,70%). Observada, em junho de 2022, a composição dos pagamentos em atraso, verifica-se que as dívidas a “Fornecedores Externos” são as que apresentam maior peso relativo (88,22%), seguidas das dívidas a “SNS”, cujo peso relativo se situa em 11,77%.

O indicador PMP expressa em quantos dias, em média, a Instituição paga as suas dívidas comerciais (dívidas a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e fornecimentos e serviços externos).

Da informação veiculada pela DGF, verifica-se que o PMP, em junho dos anos 2021 e 2022, foi o seguinte:

Quadro 13 – Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores

2022	2021	2022/2021	
		Dias	%
162	188	-26	-13,83

Fonte: Informação veiculada pela DGF

O indicador PMP reportado pela DGF apresenta, quando comparados o 2º trimestre de 2021 e 2022, uma descida de 26 dias.

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro ^[1] aprovou o “Programa Pagar a Tempo e Horas”, tendo “ [...] como objetivo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.”

Importa referir que, em junho de 2022, a ULSNA, EPE, foi incapaz de atingir um PMP inferior a 90 dias, cenário que contraria o espírito do supra mencionado diploma legal.

¹ Alterada pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril.